

# Da hierarquia de classes à organização social do espaço intraurbano: um olhar comparativo sobre as grandes metrópoles brasileiras

From class hierarchy to the social organization of the intra-urban space: a comparison among the major Brazilian metropolises

Luciana Corrêa do Lago  
Rosetta Mammarella

## Resumo

O artigo busca traçar as grandes tendências na organização social do território metropolitano brasileiro, orientando-se por um conjunto de pressupostos e questões construídos ao longo da trajetória de quinze anos de pesquisa do Observatório das Metrópoles. Parte-se da ideia central de que o grau de diversidade ou homogeneidade social de um bairro exerce forte influência sobre as ações dos indivíduos ali residentes e dos demais agentes que atuam na metrópole. Assim, serão examinadas as alterações no padrão intrametropolitano de localização das classes sociais em quatro metrópoles brasileiras – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre – com base nas categorias sócio-ocupacionais construídas, utilizando-se como fonte os dados censitários de 1991 e 2000.

**Palavras-chave:** metrópole; classe social; segregação urbana; mercado de trabalho; organização socioespacial.

## Abstract

*The article attempts to outline the major trends in the social organization of the Brazilian metropolitan territory, guided by a set of presuppositions and questions that were built up during the last fifteen years at Observatório das Metrópoles. It starts with the central idea that the level of social diversity or homogeneity in a neighborhood has a strong influence on the actions of individuals living there and on other agents who work in the metropolis. Thus, the study examines the changes in the pattern of intra-metropolitan location of social classes in four Brazilian cities - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre – based on socio-occupational categories, using as source the 1991 and 2000 census data.*

**Keywords:** *metropolis; social class; urban segregation; labor market; social-spatial organisation*

## Introdução

Buscaremos no presente artigo analisar as grandes tendências na organização social do território metropolitano brasileiro, partindo do pressuposto de que o perfil social de uma área, ou seja, o grau de diversidade ou homogeneidade social de uma área exerce forte influência sobre as ações dos indivíduos ali residentes e dos demais agentes que atuam na metrópole. Nesse sentido, o perfil social de uma área não é entendido apenas como expressão das desigualdades econômicas e de poder entre as classes sociais na disputa pela apropriação do espaço urbano, mas como fator (re)produtor de tais desigualdades. Áreas mais exclusivas das classes superiores ou áreas mais tipicamente operárias abrigam um grau de coesão de classe que possibilita estratégias e condições de vida urbana específicas entre aqueles ali residentes. Essa conjugação entre território e identidade de classe fortalece a coesão e o poder da classe (Bourdieu, 1997). Portanto, áreas socialmente homogêneas habitadas por trabalhadores precários, distantes da experiência de classe e com reduzido poder de disputa na cidade podem funcionar como fator de bloqueio às oportunidades de acesso aos recursos. Nesse caso, o quadro se inverte: áreas com maior diversidade social, ou seja, que abriguem tanto trabalhadores precários quanto estáveis possibilitam canais de acesso a serviços e a oportunidades de trabalho àqueles mais vulneráveis. Esse argumento dialoga com estudos recentes sobre a realidade social das cidades brasileiras e latino-americanas, desenvolvidos em torno

da precarização do trabalho (Oliveira, 2004) e do crescente isolamento socioterritorial dos pobres urbanos (Kaztman, 2001; Sabatini, 1998). A crise e a reestruturação econômica iniciadas na década de 80 e a privatização dos serviços públicos na década de 90 teriam alterado as condições de acesso à renda, à moradia e aos serviços urbanos dos trabalhadores e, como consequência, o padrão de desigualdades socioespaciais e as formas de interação entre as classes sociais.

É a partir desse pressuposto que examinaremos as alterações na organização social do território de quatro metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Teremos que entender o comportamento do mercado de trabalho e, mais precisamente, da estrutura sócio-ocupacional de cada uma das metrópoles, para nos aproximarmos da noção de classe social citada anteriormente. Buscaremos avaliar em que medida as mudanças no padrão intrametropolitano de localização das classes sociais indicam o fortalecimento do poder das elites, aprofundando os efeitos negativos da reestruturação econômica sobre as condições de vida dos trabalhadores, ou ao contrário, vêm amenizando tais efeitos.

As questões que orientam este trabalho buscam uma interlocução com visões recentes e crescentemente hegemônicas sobre a espacialidade metropolitana brasileira. Fatos novos emergem nas cidades, tais como os condomínios fechados e a difusão da informalidade do trabalho e da moradia, a partir dos quais vem se construindo socialmente uma nova representação sobre o urbano, manifestada através da ideia de um novo padrão de

segregação urbana. A noção de fragmentação socioespacial é constituinte dessa nova representação e materializada por um conjunto de fenômenos entendidos como processos excludentes que transformam a escala e a natureza da segregação urbana até então vigente: por um lado, a redução de sua escala e a consequente “aproximação” entre as classes dominantes e dominadas e, por outro, a redução do grau de interação entre grupos socialmente distintos em função do confinamento dos grupos superiores em espaços privados e da estigmatização dos espaços da pobreza como espaços da violência.

Na América Latina, esse padrão fragmentado/excludente tem sido pensado em contraposição ao padrão desigual/integrado – centro-periferia – consolidado nos estudos urbanos como expressão e até mesmo como explicação da dinâmica de organização interna do espaço metropolitano (Caldeira, 1997; Ribeiro e Lago, 1992). A concentração do emprego, da moradia das classes médias e superiores e dos equipamentos e serviços urbanos nas áreas centrais e, conseqüentemente, as enormes carências que marcam os espaços periféricos sustentaram, até os anos 80, a visão dual da metrópole, em que a periferia evidenciava a distância física e social entre as classes sociais. Essa distância foi um dos mecanismos utilizados pelas nossas elites para a reprodução de seu poder econômico e simbólico.

Tais questões englobam necessariamente as dimensões objetiva e subjetiva do processo de organização social do espaço urbano. No entanto, a contribuição da presente análise, no que se refere à sustentação empírica

do argumento, ficará restrita a apenas alguns processos de ordem objetiva. Propomos avaliar as tendências, nos anos 90, da estrutura socioespacial de quatro metrópoles brasileiras, à luz dos processos de produção e consumo do espaço construído metropolitano. Como estrutura socioespacial entende-se o padrão de distribuição da população, segundo seu perfil sócio-ocupacional, pelas diferentes áreas que conformam o espaço metropolitano, trabalhando-se conjuntamente grau de concentração dos diferentes grupos sociais e grau de homogeneidade social das áreas. Estaria em curso um processo de homogeneização dos espaços de residência? Em quais espaços podemos identificar uma maior homogeneidade e com que clareza e intensidade ela se expressa? Trata-se de um estudo quantitativo da estrutura urbana e das desigualdades socioespaciais, com base nos dados censitários de 1991 e 2000, no qual aplicamos, para as quatro metrópoles, a mesma metodologia de organização e tratamento dos dados.

Primeiramente, analisaremos de forma comparativa as principais tendências nas estruturas sócio-ocupacionais das referidas metrópoles, na década de 90. As regularidades entre as regiões e suas especificidades quanto ao mercado de trabalho servirão de base para compreendermos as alterações, no mesmo período, na estruturação do espaço intra-metropolitano.

No segundo segmento, examinaremos as grandes tendências no que diz respeito ao rebatimento das transformações do mercado de trabalho na distribuição das classes no território metropolitano.

## As estruturas sócio-ocupacionais das grandes metrópoles: semelhanças, particularidades e tendências

A estrutura sócio-ocupacional aqui trabalhada é formada por 24 categorias sócio-ocupacionais hierarquizadas, agregadas em 8 grandes grupos, como mostra o Quadro 1.<sup>1</sup>

A primeira evidência que se destaca é a semelhança entre as estruturas sociais das regiões, especialmente no que se refere às categorias superiores na hierarquia: dirigentes, profissionais<sup>2</sup> e ocupações médias.<sup>3</sup> As diferenças mais significativas estão concentradas no universo dos trabalhadores manuais, particularmente entre os operários da indústria, a categoria mais afetada pela crise e pela reestruturação produtiva iniciada na década de 80.

Quadro 1 – Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre – 2000

Categorias socioocupacionais	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Porto Alegre
<b>Dirigentes</b>	1,4	1,2	1,3	1,4
Grandes empregadores	0,8	0,6	0,7	0,8
Dirigentes do setor público	0,2	0,2	0,2	0,3
Dirigentes do setor privado	0,4	0,3	0,3	0,3
<b>Profissionais de nível superior</b>	7,8	8,7	7,4	7,6
Profissionais autônomos de nível superior	2,0	2,0	2,0	2,1
Profissionais empregados de nível superior	3,7	3,6	2,9	2,8
Profissionais estatutários de nível superior	0,4	1,1	0,8	0,7
Professores de nível superior	1,8	2,0	1,8	1,9
<b>Pequenos empregadores</b>	2,6	2,4	2,8	3,2
<b>Categorias médias</b>	28,2	27,7	26,1	26,9
Ocupações de escritório	10,6	9,2	9,7	9,3
Ocupações de supervisão	5,3	4,3	4,2	4,5
Ocupações técnicas	6,4	5,7	5,5	6,4
Ocupações médias da saúde e educação	3,3	4,2	3,7	3,6
Ocupações de segurança, justiça e correios	1,5	2,9	1,7	1,9
Ocupações artísticas e similares	1,1	1,4	1,3	1,2
<b>Trabalhadores do terciário</b>	19,3	20,8	19,1	17,4
Trabalhadores do comércio	9,7	9,7	9,7	8,7
Prestadores de serviços especializados	9,6	11,1	9,4	8,7
<b>Trabalhadores do secundário</b>	24,0	20,2	23,6	27,3
Operários da indústria moderna	7,1	3,9	5,6	6,4
Operários da indústria tradicional	4,6	3,9	4,2	8,9
Operários dos serviços auxiliares	6,0	5,1	5,4	4,9
Operários da construção civil	6,3	7,3	8,4	7,2
<b>Trabalhadores do terciário não especializado</b>	16,2	18,4	18,6	14,7
Prestadores de serviços não especializados	5,2	5,3	5,7	4,6
Trabalhadores domésticos	7,2	8,8	9,7	6,7
Ambulantes + biscoiteiros	3,7	4,3	3,1	3,4
<b>Agricultores</b>	0,5	0,6	1,1	1,4
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo demográfico de 2000; tabulação: Observatório das Metrópoles.

Entre as quatro regiões, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre apresentavam, em 2000, um perfil sócio-ocupacional "médio-operário", em função da predominância das categorias médias (de 26% a 28%) e dos trabalhadores do secundário (entre 23% e 27%). As metrópoles de São Paulo e Belo Horizonte eram mais "médias" do que "operárias", enquanto a de Porto Alegre era mais "operária" do que "média". O Rio de Janeiro diferenciava-se das demais regiões ao exibir um perfil "médio-terciário", onde as ocupações médias e os trabalhadores do terciário especializado<sup>4</sup> eram as duas categorias com maior participação (28% e 21%, respectivamente).

Cabe destacar a fraca associação entre a estrutura sócio-ocupacional, o tamanho populacional e o grau de complexidade da economia de uma metrópole. Vimos que São Paulo, a maior e mais complexa metrópole brasileira, com uma população ocupada em torno de 7 milhões, apresentava, em 2000, uma estrutura sócio-ocupacional muito semelhante à de Porto Alegre, que abrigava cerca de 1 milhão e 500 mil ocupados.

Examinando o universo das categorias superiores da hierarquia, percebe-se que os dirigentes são aqueles com o menor peso na estrutura das quatro regiões, seguidos pelos pequenos empregadores e pelos profissionais de nível superior. Como destaque, temos o Rio de Janeiro, onde a participação dos profissionais (8,8%) era significativamente superior ao das demais regiões (entorno de 7,5%). A alta concentração das sedes das grandes empresas industriais e financeiras em São Paulo não ocasionou a elevação no peso dos dirigentes e profissionais acima do alcançado pelas demais regiões. Isso mostra que a maior metrópole do

país, além de centro financeiro e de serviços de ponta, abrigava, em 2000, um mercado de trabalho tão diversificado quanto o das três outras regiões.

Em relação às categorias médias, o maior percentual era de São Paulo (28,1%), acompanhado de perto pelo Rio de Janeiro. Porém, em São Paulo, eram as ocupações de escritório, as de supervisão e as técnicas que explicavam esse maior percentual, enquanto no Rio de Janeiro eram as ocupações em saúde e educação e as de segurança, mais ligadas ao setor público. Belo Horizonte apresentou o menor percentual de categorias médias: 26,1%.

Quanto ao universo das categorias manuais (trabalhadores do terciário especializado, do secundário e do terciário não especializado), Porto Alegre se destaca como a metrópole de perfil mais operário, em função da elevada participação na estrutura social, tanto dos trabalhadores da indústria tradicional quanto da moderna, que, somados, equivaliam a 15,3% do total de ocupados. Em relação à indústria moderna, São Paulo apresentava o maior percentual (7,1%), e Porto Alegre o segundo maior (6,4%). A particularidade de Porto Alegre está, portanto, na combinação dos altos percentuais em ambos os setores industriais, embora o setor coureiro-calçadista, localizado na porção norte da metrópole gaúcha, sustente uma participação bem mais elevada dos operários da indústria tradicional.

A segunda evidência dentro desse universo refere-se à presença significativa, em todas as regiões, dos ocupados na construção civil,<sup>5</sup> cujos percentuais variavam entre 6,3%, em São Paulo e 8,4%, em Belo Horizonte. Esse é um setor marcado pela baixa qualificação dos trabalhadores, por salários inferiores e por

relações de trabalho mais precárias tendo em vista os demais setores industriais.

Quanto à participação das categorias manuais do terciário, é na metrópole do Rio de Janeiro onde encontramos o maior percentual dos trabalhadores do terciário especializado e do terciário não especializado.<sup>6</sup> Apenas no Rio de Janeiro o peso dos prestadores de serviços especializados (em torno de 11,5%) era superior ao dos trabalhadores do comércio (em torno de 9,5%). Nas demais metrópoles, os dois percentuais eram muito semelhantes.

São Paulo e Belo Horizonte também exibiam percentuais relativamente elevados (em torno de 19%) dos ocupados no terciário especializado, porém apenas a metrópole mineira mantinha o mesmo patamar para o terciário não especializado. Em São Paulo, essa última categoria tinha menor peso (16,2%).

Observando a categoria dos trabalhadores do terciário não especializado, onde foram agrupadas as ocupações que exigem a menor qualificação dentro da estrutura social e onde a informalidade nas relações de trabalho é predominante, as metrópoles do Rio de Janeiro e Belo Horizonte destacam-se: esse conjunto de trabalhadores representava cerca de 18,5% da população ocupada de ambas as regiões. Porém, não se pode desconsiderar que os 16,2% desses trabalhadores residindo na metrópole de São Paulo equivaliam a 1.149.703 ocupados. Entre os não especializados, os empregados domésticos atingiam cifras em torno de 10% em Belo Horizonte, e os ambulantes e biscateiros representavam 4,3% dos ocupados na metrópole do Rio de Janeiro. Porto Alegre destaca-se em função da menor participação do terciário não especializado.

As estruturas sociais apresentadas acima de forma sintética e comparativa expressam os efeitos das transformações econômicas sobre o mercado de trabalho metropolitano, ocorridas na década de 90. Em trabalhos anteriores, havíamos detectado o enorme impacto da crise econômica dos anos 80 sobre esse mercado. A queda, em termos relativos, dos operários da indústria ocorreu, na chamada "década perdida", em todas as metrópoles, no entanto ela foi mais acentuada em São Paulo, onde a participação dessa categoria passou de 32% dos ocupados, em 1980, para 27%, em 1991. A metrópole mais operária do país perdeu seu lugar para Porto Alegre, onde, no final dos anos 80, os operários representavam 29% do total dos ocupados. Belo Horizonte também se destacou em relação ao processo de desindustrialização, ao apresentar um decréscimo no peso dos trabalhadores da indústria de 29% para 25%, no mesmo período. Nesse sentido, as três metrópoles citadas, se comparadas com a região do Rio de Janeiro, onde encontramos maiores percentuais dos trabalhadores manuais do terciário, foram mais afetadas por essa dimensão da crise.<sup>7</sup>

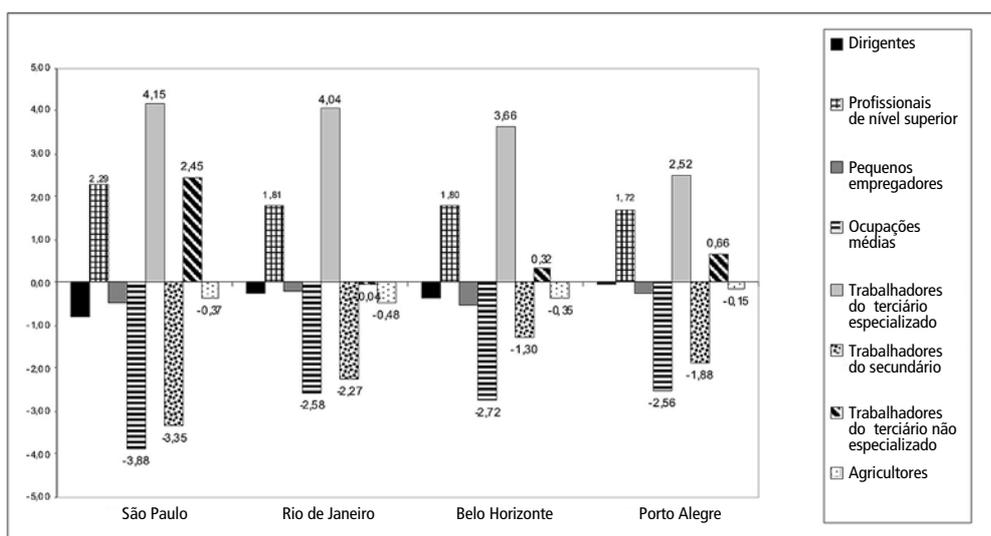
Examinando as mudanças nas estruturas sócio-ocupacionais entre 1991 e 2000, verificamos que o fenômeno da desindustrialização atravessou os anos 90: em todas as metrópoles houve queda no percentual dos trabalhadores do secundário, com destaque para São Paulo, que apresentou queda em três pontos percentuais. A compensação foi o aumento relativo, nas quatro regiões, na participação dos ocupados nos serviços auxiliares da indústria (onde predomina o setor de transporte), com destaque para São Paulo. Quanto à indústria

da construção civil, as alterações mais significativas foram no Rio de Janeiro e Porto Alegre, com aumento relativo (Quadro 2).

A segunda grande categoria que apresentou queda relativa em todas as metrópoles foi a que reúne as ocupações médias. Também aqui, é necessário examinarmos as mudanças em cada categoria que compõe o grupo. A redução da participação das ocupações médias é explicada, em primeiro lugar, pela queda em todas as regiões das ocupações de escritório, que em 1991 representavam entre 11,9% e 14% do total de ocupados, e em 2000, entre 9,2% e 10,6%. Outra categoria com queda em todas as metrópoles foram as ocupações de supervisão. Ainda em relação às ocupações médias, duas categorias apresentaram aumento relativo em todas as regiões: as ocupações técnicas e as ocupações médias de saúde e educação.

Em contraposição à forte diminuição relativa dos operários da indústria e das ocupações médias, observamos o aumento generalizado na participação dos trabalhadores do terciário especializado e dos profissionais de nível superior, tendência que já estava em curso na década de 80. É possível que uma parte do operariado da indústria de transformação tenha sido absorvida pelo setor terciário especializado, especialmente pelo setor de serviços, que cresceu relativamente mais do que o setor de comércio. O percentual dos trabalhadores do comércio sofreu pouca alteração em todas as metrópoles, mantendo-se entre 8,4% e 9,7%. Por outro lado, os prestadores de serviços especializados tiveram aumento acima de dois pontos percentuais em todas as regiões e tornaram-se a categoria com o maior peso na estrutura social do Rio de Janeiro. São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte apresentaram

Quadro 2 – Diferença em pontos percentuais do peso de cada grande grupo de CATs na composição da estrutura sócio-ocupacional das RMs, entre 1991 e 2000



Fonte: Censos demográficos de 1991 e 2000; Observatório das Metrópoles.

aumento relativo dos prestadores não especializados, em função principalmente da elevação do peso dos ambulantes e biscateiros. Cabe destacar a particularidade de São Paulo em relação às demais metrópoles: os trabalhadores domésticos passaram de 6,3% para 7,2% e os ambulantes e biscateiros, de 2,1% para 3,7%. Embora em todas as metrópoles tenha ocorrido um aumento relativo dos ambulantes e biscateiros, apenas em São Paulo os trabalhadores domésticos apresentaram elevação no percentual. Nas demais, os percentuais pouco se alteraram.

Quanto aos profissionais de nível superior, a crise não bloqueou a expansão dos postos de trabalho de mais alta qualificação, mas apenas os postos vinculados ao setor público. Se olharmos o comportamento das quatro categorias que formam o grupo dos profissionais, fica claro que não foram os estatutários nem os professores as categorias responsáveis pelo aumento relativo dos profissionais em todas as metrópoles. Na realidade, os estatutários apresentaram queda relativa e os professores mantiveram um percentual próximo do encontrado em 1991. O aumento ocorreu entre os demais profissionais, tanto entre os autônomos quanto entre os empregados. Em geral, os percentuais sofreram um aumento de 100%.

Por fim, examinando as mudanças nas grandes categorias dos dirigentes e dos pequenos empregadores, a principal tendência observada no conjunto das metrópoles foi a queda relativa dos grandes e pequenos empregadores e um pequeno aumento no peso dos dirigentes dos setores público e privado. Apenas em São Paulo houve queda no percentual dos dirigentes do setor privado (Quadro 2).

## A localização das categorias sociais no espaço urbano

Buscaremos, a seguir, nos aproximar das questões iniciais que orientaram o presente estudo comparativo, introduzindo na análise o padrão de distribuição espacial das categorias sócio-ocupacionais no interior das metrópoles. Para tanto, utilizaremos uma tipologia socioespacial composta por quatro tipos de área: "superior", "médio", "operário" e "popular".<sup>8</sup> Examinaremos o padrão de concentração territorial das categorias ocupacionais e o grau de homogeneidade social do território como representação das estratégias de localização das classes sociais no espaço metropolitano.

Numa caracterização geral de cada um dos tipos acima referidos, levando em conta o perfil sócio-ocupacional predominante em cada agrupamento, podemos dizer que: as áreas de tipo "superior" se definem pela maior concentração e maior peso relativo das categorias dos dirigentes e dos profissionais de nível superior, sendo que, em alguns casos, os pequenos empregadores e as ocupações médias dividem importância com elas. As áreas de tipo "médio" são marcadas por uma forte presença das ocupações médias, muito embora elas não se encontrem tão concentradas num determinado tipo como as demais categorias, uma vez que uma das características dos estratos médios é a sua maior dispersão residencial no território. Essa dispersão revela misturas sociais variadas, seja com as categorias de profissionais, seja com as ocupações terciárias ou secundárias. Já o tipo "operário" define os espaços

onde a moradia dos trabalhadores da indústria tem significado estatístico relevante. Quando os operários compartilham a área de residência com outros setores sociais, isso ocorre, via de regra, com os setores populares, representados pelos trabalhadores manuais pouco qualificados, da construção civil e do terciário não especializado. Estes últimos, por sua vez, se constituem nas categorias definidoras das áreas de tipo "popular".

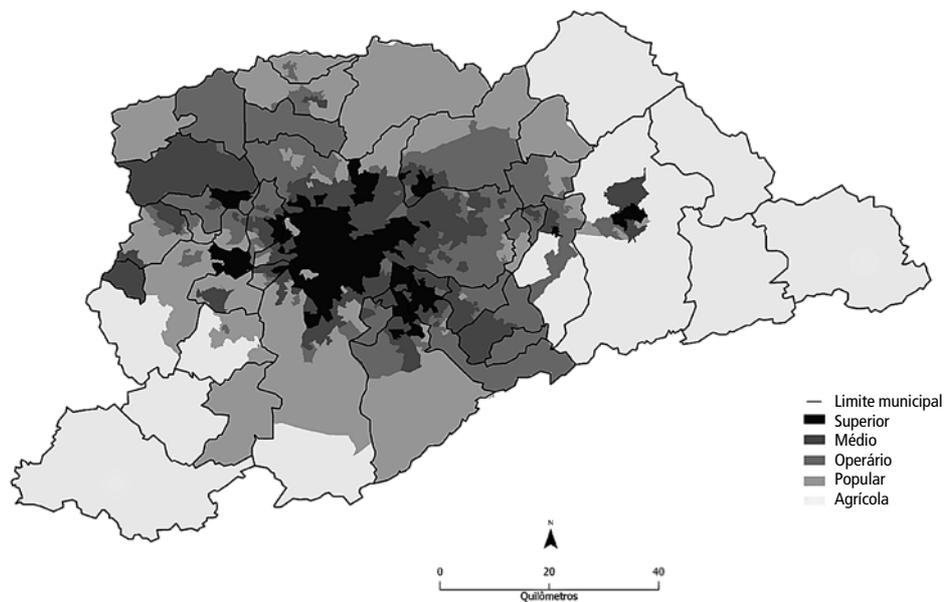
A primeira grande distinção entre as regiões é a maior presença das áreas superiores na metrópole de São Paulo, tanto em termos da extensão territorial (número de áreas), quanto do contingente de ocupados nessas áreas: em 2000, 20,5% do total das áreas eram do tipo superior e 20,5% da população ocupada residia nesse tipo de área.<sup>9</sup> No Rio de Janeiro, esses dois percentuais eram 8,8% e 12,4%, respectivamente (Quadro 3 e Mapas 1 e 2). A explicação poderia ser o peso relativamente maior das classes superiores na estrutura social de São Paulo, gerando uma maior demanda por espaço. No entanto, já vimos que o peso dos dirigentes e profissionais na estrutura social paulista era inferior ao encontrado na estrutura do Rio de Janeiro. A explicação, então, está no padrão de ocupação das áreas mais valorizadas em cada metrópole: em São Paulo, parte significativa dessas áreas é de baixa densidade, abrigando casas unifamiliares, enquanto no Rio de Janeiro as classes superiores moram em apartamentos concentrados em bairros de alta densidade. Na metrópole paulista, apenas 34% do estoque domiciliar das áreas superiores era de apartamentos em 2000, enquanto no Rio de Janeiro esse percentual alcançava 81%. Consequentemente, ao analisarmos as áreas residenciais

das elites, podemos trabalhar, no caso do Rio de Janeiro, com uma escala territorial menor do que a de São Paulo, delimitando com mais precisão os espaços dessa classe, sem perdermos a consistência estatística garantida pela alta densidade domiciliar.

A baixa densidade desse tipo de bairro em São Paulo provoca o espraiamento das elites por uma extensão territorial maior e, portanto, uma delimitação espacial menos precisa socialmente, ou seja, áreas menos homogêneas. O Quadro 3 mostra o perfil mais diversificado das áreas superiores em São Paulo, se comparado com os perfis do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e, em menor proporção, de Porto Alegre: entre os paulistas, apenas 24,4% dos residentes nessas áreas eram dirigentes e profissionais, enquanto 32% eram trabalhadores manuais. Ante as outras três metrópoles, as áreas superiores em São Paulo eram mais extensas e menos exclusivas, nos levando a pensar que o poder da classe dominante paulista de se apropriar dos investimentos públicos no urbano beneficiou um contingente proporcionalmente maior dos segmentos sociais menos favorecidos e residentes nas mesmas áreas. Outra particularidade de São Paulo soma-se a essa: as áreas superiores ultrapassam os limites da capital, sendo encontradas em outros oito municípios da região, tais como Santo André e Guarulhos. No Rio de Janeiro, apenas os municípios de Niterói e Nova Iguaçu abrigavam áreas com esse perfil.

Belo Horizonte apresentava, em 2000, as áreas superiores mais exclusivas, onde 38% dos residentes ocupados eram dirigentes e profissionais. No Rio de Janeiro, essas categorias representavam 35% dos moradores nesse tipo de área, e em Porto Alegre, 30%.

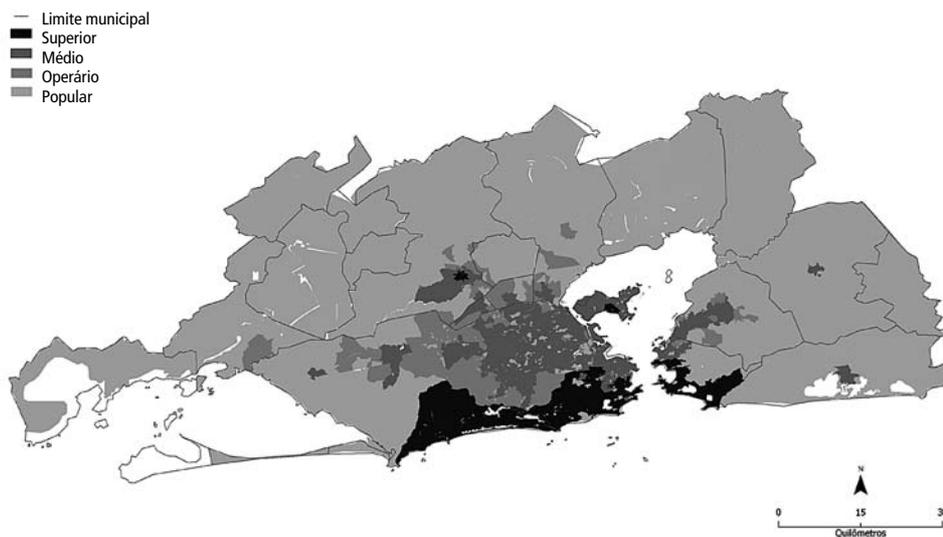
Mapa 1 – Região Metropolitana de São Paulo – 2000  
Tipologia socioespacial por Área de Expansão Demográfica (AED) – 2000



Fonte de dados e base cartográfica: IBGE, 2000.

Elaboração cartográfica: OPUR/Proex/PUC Minas – Rogério Sant'Anna de Souza – 2009.

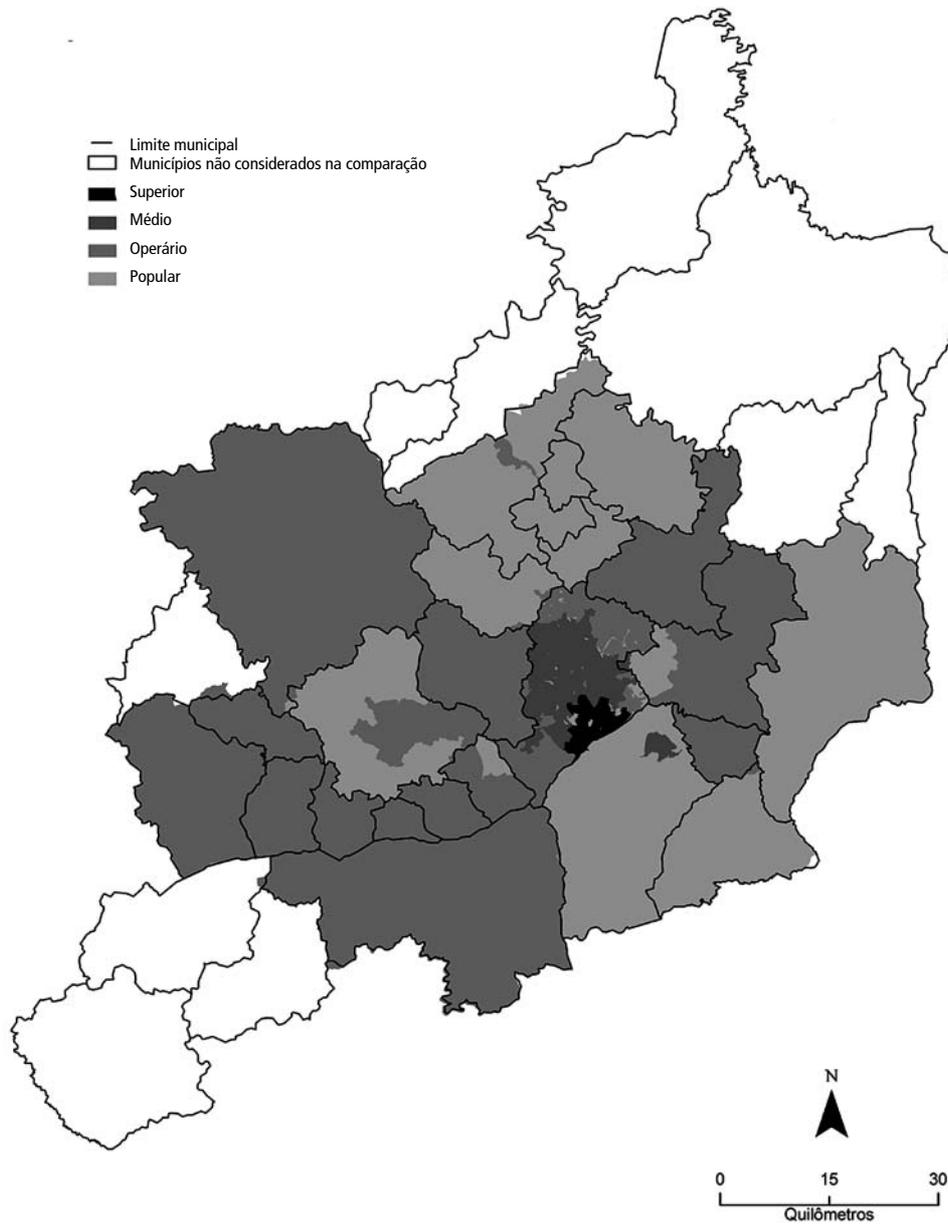
Mapa 2 – Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2000  
Tipologia socioespacial por Área de Expansão Demográfica (AED) – 2000



Fonte de dados e base cartográfica: IBGE, 2000.

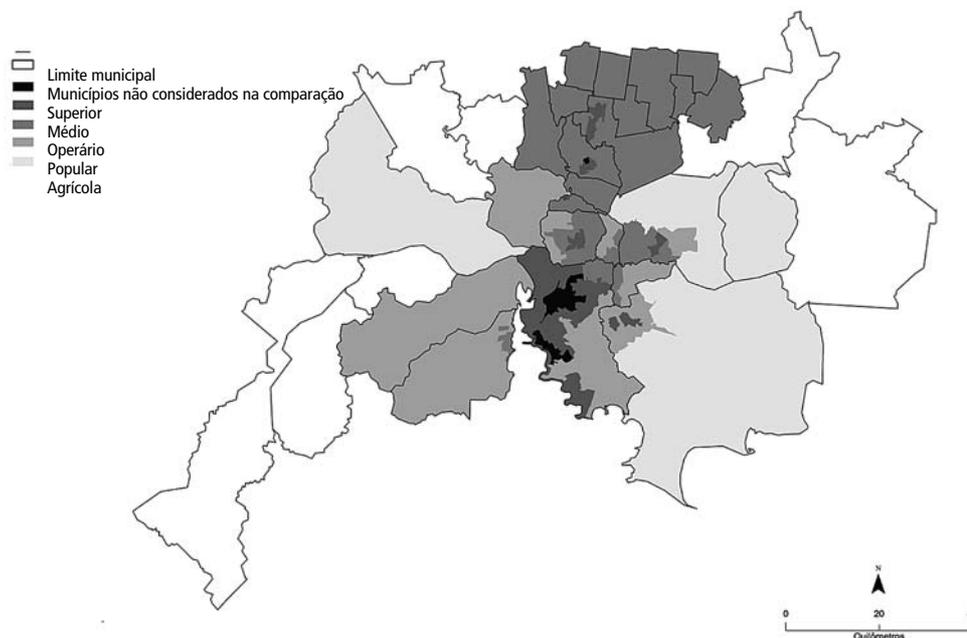
Elaboração cartográfica: OPUR/Proex/Puc Minas – Rogério Sant'Anna de Souza – 2009.

Mapa 3 – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2000  
Tipologia socioespacial por Unidade Espacial Homogênea (UEH) – 2000



Fonte de dados e base cartográfica: IBGE, 2000.  
Elaboração cartográfica: OPUR/Proex/Puc Minas – Rogério Sant'Anna de Souza – 2009.

Mapa 4 – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000  
 Tipologia socioespacial por Área de Expansão Demográfica (AED) – 2000



Fonte de dados e base cartográfica: IBGE, 2000.

Elaboração cartográfica: OPUR/Proex/Puc Minas – Rogério Sant’Anna de Souza – 2009.

Quadro 3 – Perfil sócio-ocupacional médio das áreas de tipo “superior”  
 1991 e 2000

Categorias socioocupacionais	Perfil médio das áreas superiores – 1991 e 2000							
	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre	
	Perfil 1991	Perfil 2000	Perfil 1991	Perfil 2000	Perfil 1991	Perfil 2000	Perfil 1991	Perfil 2000
Dirigentes	5,1	4,3	5,8	4,9	8,8	7,4	4,4	4,0
Profissionais de nível superior	13,0	20,1	24,0	30,1	22,9	31,6	21,4	25,8
Pequenos empregadores	5,7	6,5	5,7	7,0	9,7	9,5	6,2	6,8
Categorias médias	38,0	36,8	35,8	33,3	34,1	33,4	41,8	37,5
Trabalhadores do terciário	12,3	14,1	8,1	9,7	5,8	6,4	9,7	12,1
Trabalhadores do secundário	13,2	8,6	5,4	4,5	3,8	2,7	6,4	5,7
Trabalhadores do terciário não especializado	12,1	9,3	14,7	10,2	14,7	8,8	10,0	7,8
Agricultores	0,5	0,2	0,4	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de áreas superiores	183	167	41	39	10	8	15	17
% da pop. ocupada nas áreas superiores	27,9	20,5	13,7	12,4	8,8	6,5	13,3	12,8

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000. IBGE.

Ainda que em 2000 o grau de exclusividade das áreas superiores variasse entre as metrópoles, as quatro regiões apresentaram a mesma tendência à elitização nessas áreas, ao longo dos anos 90. Significa dizer que o peso dos dirigentes e profissionais aumentou relativamente, enquanto o dos trabalhadores do terciário não especializado e o dos operários sofreu queda relativa. Na realidade, parte desse processo de elitização é explicada pela diminuição das empregadas domésticas que tinham como residência principal a casa de seus patrões.

São Paulo apresentava ainda outra característica que a diferenciava das demais metrópoles. Abrigava, em 2000, a mais equilibrada distribuição da população ocupada entre os quatro tipos de área (superior, médio, operário e popular): cerca de um terço em áreas médias, outro um terço em áreas operárias, e os 40% restantes divididos entre as áreas superiores (20%) e populares (18%). No Rio de Janeiro, 37% dos trabalhadores residiam em áreas populares e 34% em áreas médias. Em Belo Horizonte, 49% residiam em áreas operárias e em Porto Alegre, 45%, nesse mesmo tipo de área. Ou seja, os espaços operários marcavam mais fortemente a territorialidade das metrópoles gaúcha e mineira, enquanto no Rio de Janeiro, áreas médias e populares partilhavam a primazia no território.

Na primeira parte do texto buscamos qualificar de forma sintética o perfil social predominante em cada metrópole e vimos que, em 2000, as categorias médias apareciam como o grupo sócio-ocupacional de maior peso na estrutura social das regiões, com exceção de Porto Alegre, onde os operários alcançavam um percentual um pouco superior ao

daquele grupo. Quando observamos a localização desses segmentos médios no território, fica evidente o seu caráter difuso. Tal conjunto de trabalhadores estava presente, com alguma relevância, em todos os tipos de área (Quadros 3, 4, 5 e 6). Mesmo nas áreas populares, sua participação variava entre 16%, em Belo Horizonte e 20%, em São Paulo, garantindo certo grau de diversidade social nas áreas mais precárias em termos de recursos urbanos. Além de se espalhar pelo território metropolitano, esse segmento se concentrou mais em determinadas áreas, o bastante para marcar tais áreas como tipicamente médias. No Rio de Janeiro e em São Paulo, mais de um terço da população ocupada residia, tanto em 1991 quanto em 2000, nesse tipo de área. Em Porto Alegre e Belo Horizonte, cerca de um quarto dos trabalhadores moravam em áreas médias em 2000, no entanto, as duas regiões apresentaram tendências opostas na década de 90: a metrópole gaúcha teve um surpreendente aumento de áreas médias no período – de 18 para 35 áreas –, enquanto a metrópole mineira viu encolher esse tipo de área e o percentual de ocupados nele residindo. No caso de Porto Alegre, esse aumento de áreas médias foi acompanhado pela queda do número de áreas populares, o que nos faz inferir que as categorias médias se espalharam por territórios que eram tipicamente populares em 1991, alterando o perfil social de parte desses territórios. Vale lembrar que, nas quatro metrópoles, o conjunto das categorias médias apresentou, nos anos 90, queda relativa. Portanto, essa difusão dos setores médios em Porto Alegre não resultou da elevação do contingente de trabalhadores nesses setores, mas de novas estratégias de

localização residencial acionadas por estes. Já em Belo Horizonte, a diminuição de áreas médias ocorreu juntamente com o aumento de áreas populares e, em menor escala, de áreas operárias. Nesse caso, a retração dos setores médios foi acompanhada pela expansão dos prestadores de serviço e trabalhadores do comércio em áreas médias, transformando parte dessas áreas em áreas tipicamente populares. Mesmo com redução, as áreas médias ainda marcavam fortemente o espaço metropolitana mineiro, em 2000.

Esses territórios, que denominamos de “tipo médio”, são os que apresentam o maior equilíbrio na distribuição das categorias sócio-ocupacionais, sendo, portanto, os mais próximos do que projetamos como distribuição ótima das classes sociais no espaço urbano. Quando analisamos criticamente a tendência

à autosegregação das elites ou a segregação imposta às classes populares, temos como contraponto bairros marcados pela diversidade social. Porém, essas áreas médias têm sido muito pouco estudadas, justamente por estarem “no meio” das polarizações socioespaciais, estas sim objetos privilegiados pelos estudos urbanos contemporâneos.

Encontramos em Porto Alegre e Rio de Janeiro uma relação direta entre seus perfis sócio-ocupacionais e seus respectivos padrões socioterritoriais: na metrópole mais operária do país, com 27% de sua população ocupada no setor secundário, os espaços operários predominavam em 2000, enquanto na metrópole fluminense, de perfil terciário, o maior peso das categorias médias (28%) e dos trabalhadores do terciário especializado (21%) sustentava a primazia das áreas médias e populares.

Quadro 4 – Perfil sócio-ocupacional médio das áreas de tipo “médio” 1991 e 2000

Categorias socioocupacionais	Perfil médio das áreas superiores – 1991 e 2000							
	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre	
	Perfil 1991	Perfil 2000	Perfil 1991	Perfil 2000	Perfil 1991	Perfil 2000	Perfil 1991	Perfil 2000
Dirigentes	1,4	1,0	1,2	1,0	1,6	1,7	2,1	1,8
Profissionais de nível superior	4,0	7,5	7,6	10,5	7,5	12,7	10,5	10,1
Pequenos empregadores	2,9	2,6	3,1	2,9	4,3	4,2	5,2	4,1
Categorias médias	37,0	33,6	40,8	37,1	38,8	35,1	42,0	34,8
Trabalhadores do terciário	15,9	20,1	16,4	20,5	15,1	18,0	14,7	18,6
Trabalhadores do secundário	27,5	21,5	17,8	15,0	19,0	14,9	14,5	16,2
Trabalhadores do terciário não especializado	10,8	13,6	12,7	12,8	13,4	13,2	10,8	14,2
Agricultores	0,5	0,2	0,5	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de áreas médias	212	251	132	143	42	38	18	35
% da pop. ocupada nas áreas médias	29,6	31,6	35,2	34,1	36,5	27,4	13,4	24,9

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000. IBGE.

No caso de Belo Horizonte, embora quase metade da população ocupada residisse em áreas de tipo operário, o peso dos operários na estrutura social da metrópole (23%) era inferior ao das categorias médias (26%). Uma explicação possível seria a maior dispersão territorial dos operários marcando socialmente um maior número de áreas. Comparando a metrópole mineira e a gaúcha, vemos que a primeira continha maior percentual de áreas operárias e de ocupados nessas áreas, porém essas eram bem mais heterogêneas do que aquelas do mesmo tipo, localizadas em Porto Alegre. Em Belo Horizonte, apenas 28% dos trabalhadores residentes nas áreas operárias eram operários, enquanto em Porto Alegre, esse percentual alcançou 39% (Quadro 5). Portanto, a região mineira abrigava relativamente mais áreas operárias, porém tais áreas eram menos

tipicamente operárias. Nesse ponto, São Paulo aproximava-se mais de Porto Alegre, na medida em que abrigava áreas operárias com elevado percentual de trabalhadores do secundário (34%), embora esse tipo de área representasse apenas 29% do total de áreas na metrópole paulista.

Recuperando a tese de que a alta homogeneidade de bairros mais tipicamente operários tem algum nexos com a coesão e o poder de classe, podemos pensar que Porto Alegre e São Paulo guardam condições socioterritoriais mais propícias à reprodução e ao exercício desse poder por parte dos trabalhadores da indústria, se comparadas com as de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Porém, essa conjugação entre território e poder está condicionada às condições de trabalho e mais precisamente ao grau de estabilidade do trabalho. Em todas as

Quadro 5 – Perfil sócio-ocupacional médio das áreas de tipo “operário” 1991 e 2000

Categorias socioocupacionais	Perfil médio das áreas operárias – 1991 e 2000							
	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre	
	Perfil 1991	Perfil 2000	Perfil 1991	Perfil 2000	Perfil 1991	Perfil 2000	Perfil 1991	Perfil 2000
Dirigentes	0,8	0,4	0,5	0,4	0,5	0,5	1,0	0,8
Profissionais de nível superior	1,8	2,8	2,2	3,5	1,6	3,1	1,9	3,0
Pequenos empregadores	1,7	1,1	1,6	1,4	1,7	1,7	2,9	2,4
Categorias médias	25,8	21,8	24,9	25,9	23,4	23,7	24,6	22,8
Trabalhadores do terciário	16,3	21,0	19,6	24,1	18,3	21,2	14,5	17,3
Trabalhadores do secundário	37,7	34,4	29,2	24,6	32,9	28,8	42,0	39,3
Trabalhadores do terciário não especializado	15,1	18,3	21,4	19,8	20,4	19,5	11,9	13,4
Agricultores	0,8	0,3	0,6	0,3	1,3	1,6	1,2	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de áreas operárias	283	242	152	70	54	59	73	74
% da pop. ocupada nas áreas operárias	29,1	28,3	46,6	16,5	44,8	49,2	42,5	44,5

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000. IBGE.

metrópoles estudadas, verificou-se, nos anos 90, um significativo aumento no percentual de trabalhadores autônomos sem Previdência, indicando uma forte precarização das relações de trabalho e, conseqüentemente, crescente instabilidade da renda. Soma-se a esse quadro o significativo aumento da taxa de desemprego no período.<sup>10</sup> Sem reduzir a importância que os bairros mais tipicamente operários podem ter para a manutenção ou reconstrução dos interesses coletivos por parte dos trabalhadores, sabemos, através de uma já vasta literatura, que a crescente precarização do trabalho enfraquece as possibilidades da ação coletiva baseada numa identidade de classe. O bairro operário, nesse contexto, guardaria ainda sua função de facilitar a ajuda mútua para a reprodução dos trabalhadores e suas famílias.

Por fim, examinemos os espaços populares<sup>11</sup> e, em especial, o quanto esses espaços se tornaram, ao longo dos anos 90, mais

tipicamente populares, ou seja, com maior peso dos trabalhadores manuais dos serviços e comércio. Nesse universo, a metrópole do Rio de Janeiro destacava-se das demais metrópoles com um percentual de áreas populares bem mais elevado: 43% das áreas, em 2000, enquanto nas outras três regiões esse percentual ficou entre 13% e 17%. O que ocorreu na metrópole fluminense foi uma alteração no perfil social de muitas áreas operárias, com a queda relativa dos operários da indústria e o aumento dos prestadores de serviço e dos comerciários, tornando essas áreas tipicamente populares: em 1991, o Rio de Janeiro abrigava 152 áreas operárias e 116 áreas populares; em 2000, eram 70 do primeiro tipo e 191 do segundo. São Paulo sofreu o mesmo processo, mas em menores proporções. Porém, em ambas as metrópoles não foram apenas os trabalhadores do comércio e serviços que aumentaram relativamente sua presença nos espaços populares,

Quadro 6 – Perfil sócio-ocupacional médio das áreas de tipo “popular” 1991 e 2000

Categorias socioocupacionais	Perfil médio das áreas populares – 1991 e 2000							
	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre	
	Perfil 1991	Perfil 2000	Perfil 1991	Perfil 2000	Perfil 1991	Perfil 2000	Perfil 1991	Perfil 2000
Dirigentes	0,8	0,4	0,5	0,3	0,5	0,5	0,7	0,4
Profissionais de nível superior	1,5	2,7	1,4	2,2	1,8	2,1	2,7	2,4
Pequenos empregadores	1,4	1,0	1,3	1,0	1,6	1,1	2,3	1,3
Categorias médias	22,2	19,9	16,6	18,0	13,9	16,0	26,5	19,4
Trabalhadores do terciário	17,6	21,9	18,6	23,3	13,0	19,5	18,5	20,8
Trabalhadores do secundário	34,2	29,1	31,9	28,2	30,7	30,7	28,1	29,6
Trabalhadores do terciário não especializado	20,7	24,4	26,8	25,8	30,2	28,4	20,1	24,0
Agricultores	1,7	0,7	2,9	1,1	8,2	1,7	1,2	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de áreas populares	125	136	116	191	15	16	43	25
% da pop. ocupada nas áreas populares	12,8	17,9	4,6	37,0	9,8	16,8	28,6	15,5

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000. IBGE.

mas também os profissionais de nível superior e, no caso do Rio de Janeiro, ainda as categorias médias. Em Belo Horizonte, apenas as categorias médias acompanharam o aumento relativo dos trabalhadores do terciário, embora com menos intensidade.

Em síntese, nas três metrópoles do sudeste, a redução dos empregos industriais alterou a composição social das áreas populares, transformando parte dos operários em trabalhadores do terciário, principalmente do terciário especializado, entre estes, os cozinheiros, os garçons, as manicures, etc. Em 1991, os trabalhadores do terciário não especializado (domésticas, porteiros, vigias, ambulantes), juntamente com os operários da construção civil, marcavam socialmente os espaços populares. Essas categorias juntas equivaliam, em Belo Horizonte, a 46% dos ocupados, no Rio de Janeiro, a 40% e, em São Paulo, a 32%. Em 2000, esses percentuais sofreram queda, embora permanecessem acima dos percentuais das demais ocupações manuais. Essas alterações no interior do universo popular não impediram que categorias superiores e médias ganhassem posição e contribuíssem para uma relativa diversificação social dos espaços populares.

Os espaços populares da metrópole de Porto Alegre apresentaram tendências distintas das encontradas nas demais metrópoles, ou seja, os trabalhadores do terciário não especializado juntamente com os operários da construção ganharam posição relativa nesses espaços, passando de 30% para 37% do total de ocupados. Os prestadores de serviços especializados também aumentaram relativamente, evidenciando um claro processo de proletarianização das áreas populares. Porém,

vimos anteriormente que ocorreu uma diminuição significativa no número de áreas populares na metrópole gaúcha (de 43 para 25 áreas) em função do aumento na participação das categorias médias e superiores, elevando o perfil desses espaços. Nesse sentido, não podemos afirmar que as áreas caracterizadas como populares em 1991 apresentaram tendência à proletarianização, pois estamos analisando, em 2000, apenas 25 das 43 áreas. Poderíamos inferir que houve diversificação social nos espaços populares de Porto Alegre se levarmos em conta que em torno de um terço das áreas se tornaram tipicamente médias.

## Conclusão

Como conclusão, quatro evidências merecem ser apontadas e aprofundadas em estudos futuros. A primeira refere-se às estratégias de localização residencial das classes superiores, partindo-se do pressuposto de que pelo menos determinadas frações dessas classes usam o território como mecanismo de reprodução do seu poder material e simbólico. Duas tendências aparentemente antagônicas foram verificadas: as áreas superiores ficaram mais "exclusivas", através do aumento na participação dos profissionais nessas áreas e, ao mesmo tempo, essa mesma categoria ficou menos concentrada nessas áreas, aumentando sua presença nos espaços médios e populares. As duas tendências podem estar expressando a diversidade social interna ao grupo dos profissionais de nível superior e, conseqüentemente, a diversidade de estratégias de localização acionadas por estes. Profissionais de mais alta renda

permaneceram ou se deslocaram para as áreas mais valorizadas das metrópoles, alimentando a crescente valorização desses espaços e, por consequência, impondo limites para a entrada de outros segmentos sociais com menor poder econômico. Outros profissionais, com menor poder de compra, permaneceram em seus bairros de origem ou se deslocaram na direção das novas fronteiras de expansão do capital imobiliário nas áreas periféricas.

A segunda evidência diz respeito ao universo diversificado e amplo de trabalhadores a que denominamos categorias médias. Ao longo dos anos 90, as ocupações de escritório mais tradicionais, como secretárias e recepcionistas, sofreram significativa retração nas quatro metrópoles, levando o conjunto das ocupações médias a reduzir sua participação relativa na estrutura social. Porém, esse universo de trabalhadores com pelo menos o segundo grau completo manteve-se como principal categoria ocupacional no que se refere ao contingente de ocupados e, assim como a categoria dos profissionais de nível superior, dispersou-se pelo território metropolitano. Mesmo com relativa redução das categorias médias, ocorreu um aumento no número de áreas tipicamente médias em função dessa dispersão em direção aos espaços mais periféricos, indicando tendência a maior diversidade social em partes desses espaços.

A terceira evidência trata das mudanças observadas nas áreas operárias, especialmente aquelas localizadas em Porto Alegre e São Paulo, onde, em 1991, ainda encontrávamos áreas mais homogeneamente operárias, ou seja, com cerca de 40% dos trabalhadores no setor secundário. Como esperado, a retração dos empregos industriais no período alterou o perfil

dessas áreas residenciais, através do aumento relativo, seja dos trabalhadores do terciário,<sup>12</sup> seja das categorias superiores e médias. Não sabemos, nesses casos, em que medida a maior diversidade social nos bairros operários tende a romper antigas formas de solidariedade de classe, enfraquecendo o poder da classe operária, e/ou tende a fortalecer novas formas de interação interclasses. Trata-se de um caminho analítico a percorrer.

A quarta e última evidência contraria a tese do crescente isolamento e homogeneização das áreas populares periféricas. Vimos que essas áreas, em seu conjunto, estão mais diversificadas socialmente em função da desconcentração espacial das categorias superiores e médias. É certo que tal desconcentração é acompanhada pela valorização do preço da terra e dos imóveis, com processos cíclicos de expulsão dos mais pobres. É certo, também, que a proximidade física não implica, necessariamente, a interação entre classes, podendo, ao contrário, gerar mecanismos de distanciamento social, tais como a estigmatização dos setores populares.

Ao investigarmos áreas específicas nos espaços periféricos, encontraremos, certamente, processos diferenciados daqueles possíveis de serem percebidos para a média desses territórios como um todo. Aqui, tentamos apresentar tendências de caráter estrutural e algumas hipóteses explicativas para os fenômenos observados. Porém, mais do que responder às questões inicialmente levantadas, o presente estudo possibilitou a formulação de novas perguntas sobre a vida metropolitana, que somente o diálogo entre pesquisas quantitativas e qualitativas possibilitará respostas consistentes.

**Luciana Corrêa do Lago**

Arquiteta Urbanista. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.  
lucianalago@terra.com.br

**Rosetta Mammarella**

Filósofa e Socióloga. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.  
rosetta@fee.tche.br

## Notas

- (1) Tal estrutura foi construída pela rede nacional de pesquisadores Observatório das Metrôpoles, sediada no IPPUR/UFRJ ([www.observatoriodasmetrosoles.net](http://www.observatoriodasmetrosoles.net)). Na sua construção, agrupamos as ocupações discriminadas nos censos demográficos de 1991 e 2000, em 24 categorias, procurando obedecer aos seguintes princípios de divisão: capital (empregadores) e trabalho (não empregadores), grande (mais de 11 empregados) e pequeno capital, trabalho assalariado e trabalho autônomo, trabalho manual e não manual e atividades de controle e de execução. Também foi levada em consideração a diferenciação entre setores da produção, como o Secundário e o Terciário, e, finalmente, entre os ocupados no Setor Secundário, foi feita uma distinção entre os setores modernos e tradicionais da indústria. Ver: Ribeiro, L. C. Q. e Lago, L. C. (2000).
- (2) As ocupações de maior peso entre os profissionais de nível superior são advogados, médicos e dentistas, contadores, engenheiros e analistas de sistema.
- (3) Trata-se de um grupo sócio-ocupacional bastante heterogêneo, reunindo secretárias, escriturários, recepcionistas, gerentes, técnicos, auxiliares de enfermagem e policiais, entre as principais ocupações. As ocupações de maior peso entre os técnicos são os corretores, desenhistas, técnicos em eletrônica e em programação.
- (4) A categoria dos trabalhadores do terciário especializado agrupa os trabalhadores do comércio (vendedores) e os prestadores de serviços especializados cujas ocupações de maior peso são as de garçons, cozinheiros, vigilantes e trabalhadores nos serviços de embelezamento.
- (5) As ocupações de maior peso entre os operários da construção são as de pedreiro, ajudantes de obra, marceneiros e pintores.
- (6) A categoria dos trabalhadores do terciário não especializado agrupa os ambulantes, as empregadas domésticas e os prestadores de serviços não especializados cujas ocupações de maior peso são as de porteiros, vigias e trabalhadores de limpeza de edifícios e ruas.
- (7) A desindustrialização é apenas uma das dimensões da crise econômica iniciada nos anos 80. A precarização das relações de trabalho e o achatamento salarial são outras dimensões que afetam diretamente as condições urbanas de vida dos trabalhadores.

- (8) Para cada metrópole foi construída uma tipologia socioespacial referente ao censo de 2000 e outra, ao de 1991, através de uma análise fatorial por correspondência baseada no perfil sócio-ocupacional de cada uma das áreas em que cada região foi subdividida: São Paulo com 812 áreas, Rio de Janeiro com 443, Belo Horizonte com 121 e Porto Alegre com 156. A identificação dos tipos está fundada na relação do perfil médio de cada área com o perfil médio da metrópole como um todo. Nesse sentido, cada tipo expressa um determinado grau de homogeneidade social e de concentração das categorias sócio-ocupacionais num conjunto de áreas.
- (9) Em 1991, esses percentuais eram ainda maiores: 22,5% das áreas e 28% dos ocupados em áreas de tipo superior.
- (10) Na metrópole de São Paulo, a taxa de desemprego passou de 10,4% em 1992, para 13,2% em 2001; no Rio de Janeiro, de 7,1% para 12,7%; em Belo Horizonte, de 9,6% para 12,7%; em Porto Alegre, de 7,1% para 8,7% (dados PNAD/IBGE).
- (11) Nas quatro metrópoles, as áreas populares estavam localizadas majoritariamente nas periferias. Em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, um pequeno número correspondia às favelas em zonas mais centrais. Já no Rio de Janeiro, 16% das áreas populares, em 2000, estavam localizadas em favelas da capital, tanto nas zonas suburbanas quanto centrais.
- (12) Parte dos operários da indústria tornou-se prestador de serviço para o setor industrial, porém fora da fábrica. Nesse caso, o trabalhador muda de categoria ocupacional, mas permanece exercendo a mesma atividade através de uma relação de trabalho mais precária, ou seja, como autônomo, sem estabilidade de renda.

## Referências

- BOURDIEU, P. (1997). "Efeitos do lugar". In: BOURDIEU, P. (coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes.
- CALDEIRA, T. P. (1997). Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 47.
- KAZTMAN, R. (2001). Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista de La Cepal*, 75.
- OLIVEIRA, J. (2004). Mutações no mundo do trabalho: o (triste) espetáculo da informalização. *Democracia viva*. n. 21, abril/maio, pp. 6-13.
- RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. C. (1992). "Crise e mudança nas metrópoles brasileiras: a periferização em questão". In: LEAL, M. C. et alii. *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento*, v. 1, Hucitec-Abrasco, 1.
- \_\_\_\_\_. (2000). "O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte." *Cadernos Metrópole*, n. 4, pp. 9-32.
- SABATINI, F. (1998). "Reforma de los mercados de suelo en Santiago, Chile: efectos sobre los precios de la tierra y la segregacion espacial", Santiago do Chile, Série Azul, no. 24, Instituto de Estudios Urbanos, Pontificia Universidad Catolica.

Texto recebido em 4/nov/2009  
Texto aprovado em 20/mar/2010